

AS PEGADAS DO DRAGÃO NO PÓLO SUL: UM ESTUDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS E AS AÇÕES CHINESAS PARA ANTÁRTICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira¹

Introdução

“It will be a new era that sees China moving closer to center stage and making greater contributions to mankind” afirmou o presidente chinês Xi Jinping em 2017 durante um discurso proferido ao Partido Comunista Chinês (PCC) (Xinhua 2017). Tal discurso informa não só sobre a posição que a China deseja alcançar no cenário internacional, mas também sobre parte da estratégia do país. O crescimento chinês nos últimos anos impactou seu comportamento no cenário internacional que se modificou consideravelmente no século XXI e, principalmente, após a crise de 2008 (Zhao 2015; Oliveira 2019). O gigante asiático passou a explorar seu entorno regional marítimo estratégico, entrando em conflitos com os países do Mar do Sul e do Mar do Leste da China em busca de territórios marítimos e ilhas que poderiam não só deter importantes recursos energéticos, como salvaguardar as suas linhas oceânicas (Cole 2015; Oliveira 2019).

Além disso, associada à estratégia marítima chinesa (Brady 2014; Brady 2017), o dragão asiático passou a atuar de forma mais ativa nas regiões geladas do planeta, estimulando uma corrida geopolítica e geoeconômica para o acesso futuro de recursos estratégicos e linhas marítimas de transporte. Espaços como Antártica e Ártico têm se tornado palco de disputas geopolíticas entre países, principalmente desde que a China passou a se inserir de forma mais assertiva em tais tabuleiros internacionais no século XXI. A geopolítica do mar e a geopolítica do (de)gelo são novos temas que emergem na academia devido aos interesses de grandes potências fortalecerem sua presença e

¹ Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e estudante de pós-doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Brasil.

explorarem tais regiões (Becker 2004; Brady 2014; 2017; Zhou 2019).

Apesar de ambos os territórios polares terem características distintas, representam regiões ainda não exploradas em sua plenitude pelos Estados do sistema internacional. Considerando a Antártica, objeto do presente artigo, nenhum país detém a soberania de seu território e nenhuma guerra foi travada nela. Cerca de 98% do continente é coberto por gelo (espessura média de mais de 2.000 m), o que torna difícil a extração de recursos da região sob a camada de gelo lá presente. Todavia, mesmo assim existem estudos que apontam sobre as potencialidades da região que seria rica em recursos estratégicos como petróleo, urânio e água, por exemplo (Brady 2014; 2017).

Diante do aumento da pressão geopolítica que a China vem exercendo nos mais diversos tabuleiros internacionais, o presente artigo busca contribuir para um maior debate sobre a estratégia chinesa para o teatro de segurança da Antártica. Nesse sentido, o artigo parte da seguinte pergunta: Quais as estratégias chinesas para a região da Antártica no século XXI e qual a possibilidade de conflito na região decorrente destes interesses? Ademais, o artigo também visa trazer um olhar do Brasil para se refletir sobre a região da Antártica e as possíveis implicações de uma corrida geopolítica na região para o governo brasileiro. Nesse sentido, o artigo também busca responder uma segunda pergunta sobre: Quais os efeitos da inserção mais ativa da China na Antártica para o mundo e, sobretudo, para o Brasil quando consideramos os interesses estratégicos brasileiros para a região?

Com o objetivo de responder tais perguntas, o presente artigo pretende ser analítico e propositivo, compreendendo a geopolítica da região e a estratégia da China, analisando sua relação com a ascensão da China de Xi Jinping. Para isso, o artigo parte da combinação de estilos teóricos, dialogando com autores dos realismos, sobretudo John Mearsheimer (2014), da geopolítica clássica, principalmente Michael Klare (2008) e da teoria do poder global de José Luís Fiori (2004; 2008; 2013; 2014), por meio de uma análise qualitativa para compreender a atuação chinesa na Antártica e a relevância de tal região na política externa do gigante asiático.

A Antártica e a (Re)significação do Território: Uma Geopolítica do Gelo

A Antártica é uma região que abrange geograficamente cerca de 14 milhões de km², sendo maior que a Austrália e a Europa, possuindo uma costa de quase 18 mil km², detendo aproximadamente 70% da água doce do mundo e sendo uma região com os mares circundantes com abundância

de recursos naturais e minerais. Historicamente, do fim do século XVIII até meados do XIX a exploração da Antártica e seus arredores foi orientada por interesses comerciais, sobretudo pela caça a mamíferos marinhos (Ferreira 2009, 26). Somente após a realização das primeiras expedições científicas ao continente que ocorreram no final do século XIX que as reivindicações territoriais começaram a emergir, sendo o Reino Unido o primeiro país a reivindicar oficialmente parte do território antártico. Seguido do Reino Unido, a Nova Zelândia (1923), a França (1924), a Austrália (1933), a Noruega (1939), o Chile (1940) e a Argentina (1940) formalizaram seus interesses territoriais no continente (Ferreira 2009, 26-27; Dodds 2016, 426-427).

No período pós-Segunda Guerra Mundial, a bipolaridade impactou para que uma resolução em torno da Antártica fosse definida e estimulou os interesses dos EUA e da URSS pela região. Entre 1946-1947, por exemplo, os EUA realizaram uma das maiores expedições para a região, a chamada Operação *High Jump*, enquanto a URSS organizou a expedição *Slava Flotilla* em 1946 (Ferreira 2009).

Um dos primeiros autores a debater sobre a geopolítica da Antártica em periódicos internacionais foi John Andrews em seu artigo intitulado “*Antarctic Geopolitics*” para a *Australian Outlook* em 1957. O autor apresenta os principais motivos que estariam ressignificando o território Antártico no pós-Segunda Guerra Mundial. Ressignificação esta que envolvia representações (imaginações) territoriais e questões político-estratégicas (econômicas, comerciais e militares) (Dodds 2016). Ao passo que as reivindicações foram ganhando espaço no decorrer do século XX e missões exploratórias para mapear, fotografar, estabelecer bases na Antártica aumentavam (Dodds 2016), a região Antártica passou a ganhar importância estratégica para a navegação do hemisfério sul.

A região ganhou cada vez mais relevância, sobretudo na perspectiva futura sobre o que a região poderia vir a oferecer. Como apresenta Andrews (1957, 4-5), as águas que circundam o continente eram (e são) ricas em vida marinha, mas a sua exploração ainda era remota e de extrema dificuldade. Os estudos que apontavam para a existência de recursos devido à exploração geológica consideravam a possibilidade de uma significativa quantidade de recursos como carvão, cobre, minérios de ferro e outros existirem na região. Todavia, sua exploração comercial ainda era arriscada diante das poucas pesquisas que haviam sido conduzidas no entorno e em solo antártico (Ferreira 2009, 76). Em 1973, a *United States Geological Survey* (USGS) estimou que nos mares de Bellingshausen, Ross e Mar de Weddell estima-se a existência de 45 bilhões de barris de petróleo e 115 trilhões de cúbicos pés de gás natural (Mitchell 1977, 91). Para além de tal pesquisa, os principais

indícios de hidrocarbonetos restam na analogia com outras regiões ricas em hidrocarbonetos, baseada na tese da deriva continental.

Atualmente, a tecnologia para explorar petróleo no entorno marítimo existe, mas existem maiores dificuldades e custos de exploração na Antártica na medida em que as águas são mais profundas e mais turbulentas (Ferreira 2009, 76; Andrews 1957, 5; Brady 2017). A descoberta de petróleo e gás na costa Atlântica da África a da América do Sul, corroboram com a possibilidade de que tenham ocorrido sedimentações e acúmulos semelhantes destes recursos ao longo das costas antárticas. Outras projeções são feitas a respeito dos recursos na região com base na história geográfica. Afinal, pela tese da deriva continental a Antártica esteve há milhões de anos ligada aos demais continentes (Gondwana) e postula-se que a maior parte do continente esteve ligada com a África do Sul, Índia e Austrália – regiões conhecidas pela existência de recursos naturais (Ferreira 2009; Brady 2017).

A dificuldade de se alcançar um consenso sobre o status legal da Antártica na década de 1950 fez com que o Conselho Internacional para a União Científica (ICSU) decidisse promover Ano Geofísico Internacional (IGY), que reuniu pesquisadores de sessenta e seis países ao redor do mundo em um esforço internacional de pesquisa e cooperação científica. Este evento instigou a convocação de uma conferência internacional para resolver definitivamente a situação do continente. Os países participantes da reunião foram os EUA, a URSS e as nações que haviam estabelecido bases científicas na região durante o IGY - África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido (Ferreira 2009, 39-50).

Na ocasião foi assinado em 1959 em Washington o Tratado da Antártica. A partir desse acordo, os países signatários que desenvolvem atividades na Antártica se comprometeram a dialogar sobre o uso do continente “exclusivamente para fins pacíficos”. Em seus quatorze artigos destacam-se a proibição de atividades militares (como o estabelecimento de bases militares ou testes de armamento), a liberdade para a continuidade da pesquisa científica, a promoção à cooperação científica internacional, e diversos outros pontos. Os pressupostos que criaram o Tratado da Antártica logo se expandiram, inaugurando uma série de regras e regulamentos interligados, um regime, criando o que hoje é conhecido como Sistema do Tratado da Antártica (ATS).

No decorrer dos anos países foram tornando-se signatários do Tratado da Antártica e participando do regime internacional relacionado a tal território. Atualmente, o Tratado da Antártica conta com 53 países signatários e prevê, ainda, a adesão de qualquer país membro da ONU – onde 29 são membros consultivos por serem signatários originais ou por conduzirem pesquisas

científicas substanciais no continente (Brasil e China estão incluídos em tal categoria). A partir do Tratado, três convenções emergiram para regular o aproveitamento racional de recursos naturais - a Convenção para Conservação das Focas Antárticas (1972), a Convenção para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica (1980) e a Convenção para Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos (1988 - que não chegou a entrar em vigor) (Ferreira 2009).

Andrews (1957) argumenta a respeito de como as reivindicações e o aumento da relevância da região no período foram moldadas consubstancialmente pelo crescimento dos receios em relação ao futuro, ao que a região poderia se tornar (ou poderia oferecer do ponto de vista político, militar, econômico e comercial) e não necessariamente ao que ela era. Se as afirmações de Andrews em 1957 apontavam para as previsões sobre um cenário futuro de relevância econômica e comercial da Antártica, tal cenário continuou permeando os ideários de territorialidade da região. Não por acaso a evolução do ATS culminou na adoção do Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica (1991) que bane atividades minerais na Antártica e declara a região com o status de “Reserva Natural Internacional dedicada à Ciência e à Paz”, postergando a discussão sobre a exploração comercial e de recursos da região para o ano de 2048 (Artigo 25).

A possibilidade de exploração futura de recursos estratégicos em um cenário internacional onde as demandas tendem a aumentar diante do desenvolvimento e crescimento das Nações é um tema comumente tratado na geopolítica clássica, sobretudo por autores como Michael Klare (2008) que apresenta uma visão de mundo pessimista sobre o acesso à recursos naturais e estratégicos no longo prazo. A ascensão de novas potências no sistema internacional como China, Índia e outros países, somada com o aumento das necessidades energéticas para suprir as demandas internas, têm causado grandes instabilidades e escalonado conflitos territoriais.

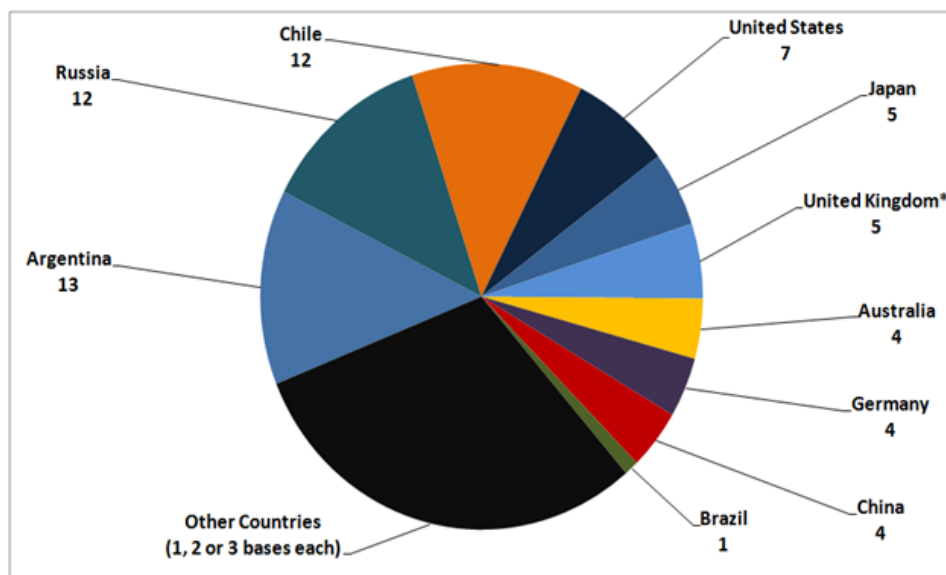
Até recentemente, a busca global por recursos vitais havia sido dominada quase inteiramente pelas potências industrializadas maduras. Três centros de poder econômico - os Estados Unidos, o Japão e a Europa - devoraram a maior parte do petróleo, gás natural, carvão, urânio e outras fontes primárias de energia usadas em todo o mundo, juntamente com quantidades desproporcionais de outras *commodities* industriais como o ferro, minério, cobre, alumínio e estanho. Na última década, no entanto, jovens competidores têm forçado sua entrada em cena com economias famintas que devoram enormes quantidades de matérias-primas apenas para sustentar suas taxas explosivas de crescimento. O surgimento desses novos consumidores assertivos alterou completamente o campo de disputa

por recursos (Klare 2008, 63).

Com as transformações do sistema e a ascensão de novos países econômica e politicamente, regiões como a África, a América do Sul e o próprio Sudeste Asiático receberam os holofotes das grandes potências. Afinal, como menciona Klare (2008, 33), não apenas o consumo e a demanda por energia e outros recursos vitais alcançaram níveis sem precedentes, mas muitas reservas existentes estão sendo drenadas de forma visível, mais rápido do que novas reservas podem ser colocadas em operação. Diante dessa dinâmica geopolítica, autores têm apresentado a revitalização da importância da região Antártica, como o “Eldorado” - lugares com estoques de riquezas naturais e estratégicas, estando por isso no horizonte de disputas das grandes potências (Becker 2004) - prometido ou uma última fronteira de exploração futura.

Dessa maneira, atualmente existem 84 instalações principais de pesquisa no continente, sendo que no presente países como China tem galgado mais espaço no continente gelado (COMNAP 2020). De acordo com dados da Council of Managers of National Antarctic Programs (2020), atualmente a China vem aumentando o número de bases na Antártica e hoje é o 4º país com maior número.

Grafico 1: Número de Estações e Campos na Antártica por País



Fonte: Elaboração própria com base no COMNAP (2020).

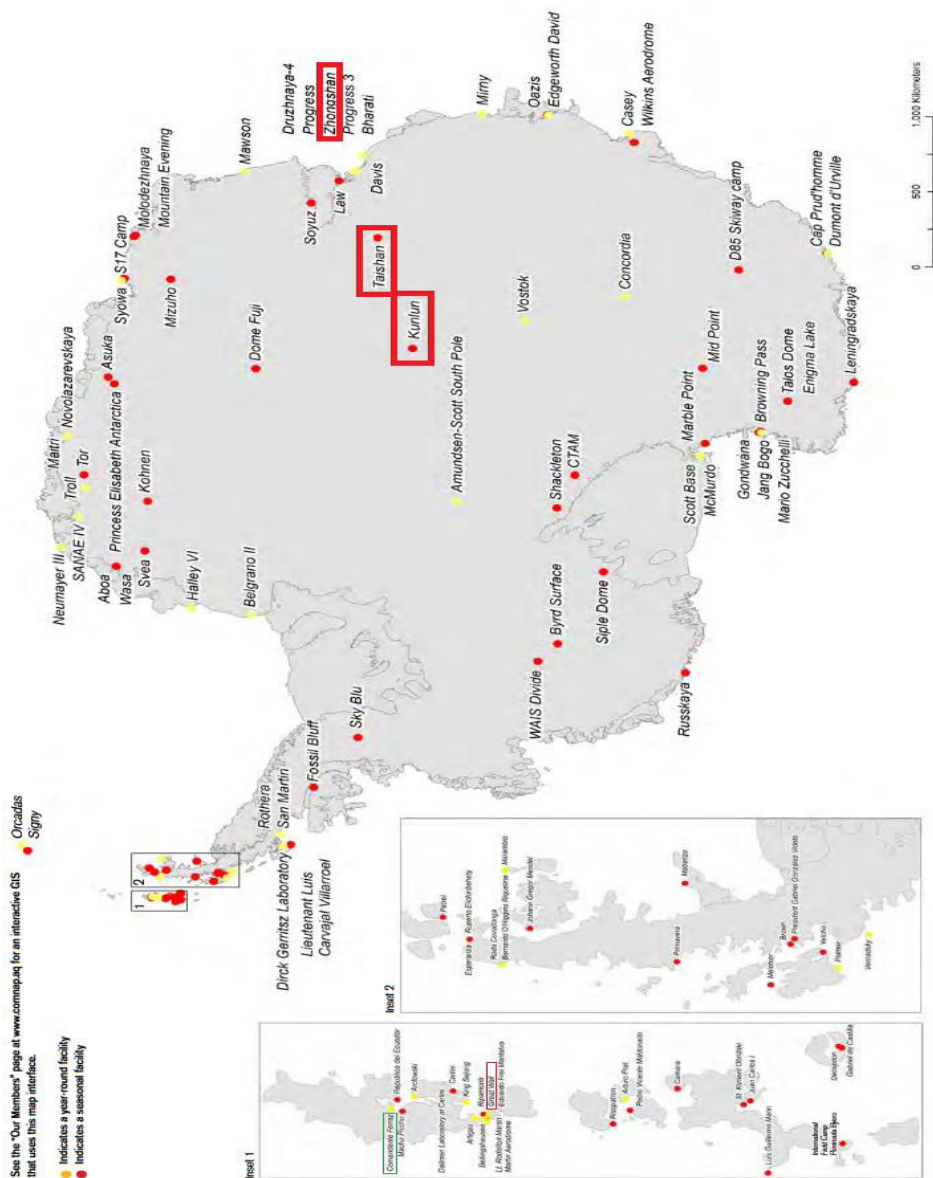
A Política Externa e os Interesses Estratégicos Chineses para a Antártica no Século XXI

A China não reivindica formalmente à região antártica, mas gradativamente expandiu a sua presença e as suas operações ao longo dos anos. Atualmente, o governo chinês gasta mais do que qualquer outro Estado em novas infraestruturas na região, construindo bases, aviões, quebras gelos e etc (Zhou 2019; Brady 2017). Refletindo sobre um cenário futuro de escassez, cabe analisarmos como a atuação chinesa na região tem se desenvolvido e quais os obstáculos futuros que ela poderia impor como um possível ator revisionista (mesmo que outros também possam emergir e adentrar a disputa) na região.

Atualmente, a China mantém quatro estações de pesquisa na Antártica, sendo a primeira Great Wall (1985) localizada na ilha de Rei George, onde há a única estação brasileira conhecida como Comandante Ferraz. As outras três estações Zhougshan (1989), Kunlun (2009) e Taishan (2014) estão localizadas mais ao leste na Antártica e ficam em áreas reivindicadas pela Austrália. No caso da base de Kunlun, existem futuras intenções da China de usar essas bases e outras em seu sistema nacional de satélites, o BeiDou (Brady 2017).

A China pretende construir uma quinta base na baía de Terra Nova, dentro da reivindicação da Nova Zelândia, que estabeleceria uma localização estratégica física para possibilidade de usufruir de recursos no Mar de Ross. A crescente presença chinesa na Antártica também aparece nos números de turistas chineses que visitam esse continente. Entre 2018-2019, mais de oito mil chineses visitaram a Antártica, representando 15% do total de turistas no período (IAATO 2020). De acordo com Brady (2014, 20) a China é o segundo país com maior número de turistas, cientistas, pescadores e trabalhadores que atuam na Antártica.

Figura 1: Mapa das bases de todos os países localizadas na Antártica²



Fonte: COMNAP (2020).

2 Localidades sublinhadas em vermelho são bases da China. Localidades sublinhadas em verde são as bases brasileiras.

O Estado chinês é peça chave no processo de expansão da China para os teatros gelados e nos últimos anos, sobretudo durante o governo de Xi Jinping, as terras geladas parecem estar ganhando notoriedade na grande estratégia chinesa³. O caráter essencial do Estado chinês nesse processo expansivo está amparado na teoria do Poder Global. Nesta visão a ação capitalista é coordenada pelo Estado segundo seus interesses de acúmulo de poder e dadas as pressões sistêmicas que este sofre no ambiente internacional (Fiori 2004; 2008). No caso do Ártico tal vislumbre torna-se mais aparente com as ideias e debates sobre a *Polar Silk Road* após o lançamento do Livro Branco a política chinesa para o Ártico (SC 2018).

A relevância da Antártica e das regiões polares para a China tem crescido e podem ser observadas nos últimos dois planos quinquenais do país, o de 2011-2015 e o de 2016-2020 da China. Os últimos planos quinquenais da China são focados em construir a credibilidade e infraestrutura científica polar da China, sendo que no caso do 13o plano, a questão polar obteve mais destaque do que nos anos anteriores – apresentando o interesse chinês de estabelecer uma nova estação de pesquisa na Antártica, avançar nas tecnologias de quebradores de gelo, aumentar as capacidades aéreas na Antártica, e entre outros (NDRC 2020). Estes planos são elaborados a cada cinco anos desde 1953 e são definidores das metas de crescimento e políticas de desenvolvimento econômico e social para garantir que as estratégias nacionais acompanhem as transformações ao longo dos anos na China e no cenário internacional.

Nos últimos anos, as percepções da China sobre o sistema internacional tem demonstrado receios do gigante asiático com relação aos contínuos dilemas de segurança. No livro branco chinês de 2019 aponta-se que “*major countries around the world are readjusting their security and military strategies and military organizational structures. They are developing new types of combat forces to seize the strategic commanding heights in military competition*” (SC 2019). Além disso, o documento apresenta que um dos principais objetivos da China é fortalecer a defesa nacional e constituir um poder militar compatível com a posição internacional do país e seus interesses de segurança e desenvolvimento.

Com o aumento da demanda global devido ao aumento da população, a crise energética mundial e os avanços nos métodos de tecnologia/extração, e

3 As grandes estratégias envolvem a priorização de metas de política externa, a identificação de recursos existentes e potenciais e a seleção de um plano ou roteiro que use esses recursos para atingir essas metas. A grande estratégia é o processo inevitável de classificar e avaliar esses interesses, ameaças e recursos (Oliveira 2019). Consideramos grandes estratégias como uma relação calculada entre fins e meios com o objetivo de aumentar o poder nacional ou a sua segurança.

o aumento do aquecimento global, a região Antártica pode se tornar epicentro de um conflito geopolítico no futuro. Afinal, ao passo que a região é rica em biodiversidade e recursos vivos, a Antártica também é detentora de potenciais recursos minerais e mesmo que a possibilidade de extração de recursos de tal. Brady (2017, 10) sugere que a China vem construindo bases de pesquisa em áreas as quais identifica como estratégicas e ricas em recursos naturais.

De acordo com Zhao (2015, 261), as transformações da política externa chinesa desde a crise de 2008 tornaram-se cada vez mais evidentes. Desde o governo de Hu Jintao, a China tem transformado a sua postura de política externa e, após a ascensão de Xi Jinping ao poder, torna-se cada vez mais visível a mudança de uma postura “*taoguang yanghui*” – manter o perfil baixo, muito associada à política chinesa desde Deng Xiaoping – em direção ao “*yousuo zuowei*” – fazer alguma coisa (de forma ativa) (Masuda 2016; Zhao 2015, 261). Xi Jinping tem transformado a política externa chinesa, enfatizando estratégias para internacionalização do país e da sua economia, na busca por mais poder e riqueza na arena internacional.

Para construir um novo modelo de relações entre grandes potências, a China tem se comportado como uma, sobretudo em seu entorno regional próximo, no Ásia-Pacífico, sendo a sua aspiração determinada pelo aumento de seu poder relativo na arena internacional (Zhao 2015, 265; Oliveira 2019, 238-240). De acordo com Brady (2017), a geopolítica da Antártica está passando por grandes transformações e existem suspeitas de que a China esteja exercendo atividades militares não declaradas na Antártica. Ainda segundo a autora, a China tem buscado reconhecimento sobre o fato de ser hoje um “Estado polar”, ou seja, uma potência atuante no Ártico e na Antártica, tendo sido expresso tal ponto quando Xi Jinping discursou na Austrália em novembro de 2014.

Os líderes da China veem a presença polar em expansão de seu país como uma maneira de demonstrar o crescente poder global da China e de obter reconhecimento internacional por esse novo status. No sistema político chinês, os assuntos polares fazem parte dos assuntos marítimos, fazendo com que a grande potência polar seja um componente essencial da estratégia marítima da China (Brady 2017, 5, tradução nossa).

No que diz respeito à atuação da China na Antártica, cabe também ressaltar que a Administração Oceânica Estatal (SOA) da China é o departamento governamental responsável pelas atividades polares da China desde 2008. Aninhado sob o Ministério dos Recursos Terrestres, a Administração gerencia atividades no Ártico e na Antártica, com tarefas

de supervisão de pesquisas, expedições e logística. Filiada à SOA está a Administração Ártica e Antártica Chinesa (CAA - Chinese Arctic and Antarctic Administration) que desempenha a função geral de organizar expedições ao Ártico e a Antártica e programas de ciência em todo o país, administrando os assuntos relacionados ao Ártico e a Antártica, participando de organizações internacionais e promovendo a colaboração internacional no campo polar em nome da SOA. Além dela, também há o Instituto de Pesquisa Polar da China (PRIC - Polar Research Institute of China) que é um instituto de pesquisa polar, operação logística e processamento de dados. O PRIC é responsável por conduzir alguns programas científicos, realizar algumas operações de exploração e gerenciamento diário da estação, bem como gerenciar o banco de dados de ciência polar chinesa e a publicação de artigos na área (COMNAP 2020).

O Programa Antártico Nacional Chinês é amplamente organizado em um programa de 5 anos denominado “Programas Abrangentes de Investigação e Avaliação do Ambiente Polar Chinês”, aprovado pela SOA. Na Antártica, o Programa é composto de três partes: Pesquisa do Meio Ambiente Marinho da Antártica, Pesquisa do Ambiente Antártico Terrestre e Avaliação Abrangente do Meio Ambiente Antártico. Além disso, a SOA chefia o Comitê Consultivo Chinês para Pesquisa Polar (CACPR), que atua como um importante órgão de coordenação governamental em questões polares. A Administração Oceânica do Estado também é a interface com a Convenção da ONU para o Direito do Mar (UNCLOS) e essa administração supervisiona também a vigilância marítima da China (SOA 2019). Este departamento também esboça as leis e regulamentos marítimos da China e facilita a participação da China em tratados marítimos internacionais. A posição política da SOA aumentou nos últimos anos em grande medida porque sua agência de aplicação da lei marítima, a *China Maritime Surveillance* (CMS), é uma das várias frotas designadas para patrulhar águas disputadas no Mar Amarelo, Mar da China Oriental e Mar da China Meridional.

Apesar de não ser comparável em alguns pontos a importância dos mares circundantes da China com as regiões polares, pode-se inferir sobre como os assuntos polares, estando sob supervisão de tal agência, conecta alguns dos interesses marítimos chineses e sua contínua expansão de capacidades de defesa no Indo-Ásia-Pacífico com as regiões polares. De fato, ainda é cedo para argumentar que a China já detém uma estratégia mais assertiva em direção à Antártica. Todavia, considerando a crescente atuação chinesa nos mais variados tabuleiros estratégicos e seus interesses por recursos naturais, sua crescente presença na Antártica seria um reflexo sobre o que a região pode vir a se tornar no futuro. De um ponto de vista semelhante aos teóricos realistas

como Mearsheimer (2014), que argumentam sobre a busca pela maximização do poder, e, considerando a teoria do poder global de José Luís Fiori (2005; 2008), a busca por poder e riquezas na arena internacional nos traz para um futuro panorama onde a região Antártica pode potencialmente ser disputada pelas grandes potências.

Diante da anarquia do sistema internacional, a ascensão da China provavelmente causará ou inevitavelmente causará instabilidade e conflito (Mearsheimer 2014). Assim como Tucídides considerou a Guerra Peleponesiana inevitável com a ascensão de Atenas e o declínio do poder relativo de Esparta, diversos autores (Gilpin 1981; Farias 2020; Allison 2017; Mearsheimer 2014; Oliveira 2021) argumentam sobre a repetição da história. Nesse caso, a ascensão da China e a perda de poder relativo dos EUA tenderá a um novo conflito – econômico, tecnológico, bélico e social.

Na argumentação pessimista de Mearsheimer (2014, 21), o autor aponta que as Grandes Potências têm um comportamento agressivo não porque elas queiram, mas porque elas têm que buscar acumular mais poder se quiserem maximizar suas probabilidades de sobrevivência. Afinal, o sistema internacional cria incentivos para que os Estados busquem oportunidades de ganhar mais poder às custas dos seus rivais. No sistema internacional que é regido pela anarquia e pelas dinâmicas de acumulação de poder e riqueza, os países são expansivos e visam melhorar e revisar a sua posição na arena internacional. Segundo Fiori (2004: 2008) nesse sistema de poder o motor é a competição e a guerra, onde todas as potências lutam pelo poder global e criam ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra.

Ademais, o controle e o acesso à territórios (principalmente ricos em recursos e com posição geopolítica estratégica) sempre foi um dos temas centrais do jogo político entre os Estados, como elemento para manutenção ou aumento do poder ou para sobrevivência na arena internacional. Como afirma Spykman (1938, 9), pelo fato de as características geográficas dos Estados serem relativamente imutáveis e inalteráveis, as demandas geográficas dos Estados permanecem as mesmas por séculos e, pelo fato de que o mundo ainda não alcançou *“that happy state where the wants of no man conflict with those of another, those demands will cause friction. Thus at the door of geography may be laid the blame for many of the age-long struggles which run persistently through history while governments and dynasties rise and fall”*.

A China já figura como a maior economia em termos de PIB (IMF 2020) e o segundo país que mais gastou em poder militar em 2019 (SIPRI 2020), ficando somente atrás dos EUA. Tal poder econômico chinês vem se consolidando desde o final do século XX com o projeto estratégico, os interesses da política externa de Deng Xiaoping (1978-1990) e, principalmente, após a

entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. De fato, desde o final da década de 1990 o crescimento da China tem sido vertiginoso – no início do século XXI, atingiu 10% ao ano e continuou com elevadas taxas mesmo após a crise de 2008 -, o que tem possibilitado sua maior inserção e presença nos mais diversos tabuleiros (Christensen 2015; Zhao 2015; Gallagher 2016).

No século XXI, ao passo que a China crescia, o mundo como um todo sentiu os impactos do seu crescimento e a sua consequente demanda por recursos naturais e novos mercados para suprir seu desenvolvimento, que combinou urbanização e industrialização. Tal modelo de desenvolvimento foi intensivo na utilização de *commodities* minerais, energéticas e metálicas (Hiratuka 2018). Nesse sentido, as demandas chinesas afetaram os países da América Latina e da África direta e indiretamente, devido ao seu efeito sobre os preços internacionais. Além disso, seu crescimento também resultou no aumento do número de investimentos em projetos de infraestrutura e no fornecimento de empréstimos para diversos países do Sul Global (Hiratuka 2018; Cintra; Medeiros 2015; Gallagher 2016).

No caso das capacidades militares chinesas, em termos gerais, estima-se que a China seja o segundo país com o maior número de satélites, sejam eles militares e comerciais. Enquanto os EUA possuem 1.425, onde cerca de 210 servem fins militares, a China possui 382 satélites no total, sendo 114 expressamente usados para fins militares (UCSUSA 2020). Quando analisamos, por exemplo, as capacidades militares chinesas do ponto de vista nuclear, a China é o terceiro país em ogivas nucleares, com um total de 320, estando atrás somente dos EUA (5.800) e da Rússia (6.375) (Armscontrol 2020).

A China construiu o seu segundo *icebreaker*, sendo o primeiro construído inteiramente na China. O *Xuelong 2* ou *Snow Dragon 2* juntamente com o *Xuelong* - o primeiro navio de pesquisa polar do país, comprado da Ucrânia em 1994 -, realizou sua primeira expedição à Antártica em 2019. Com o *Xuelong 2* - operado pela *Polar Research Institute of the State Oceanic Administration* -, a China se equipara aos EUA em número de *icebreakers*, mas fica atrás da Rússia que já possui mais de 40 quebradores de gelo operando no Báltico e no Ártico (Woody 2020). Do ponto de vista das capacidades marítimas, a China vem investindo para que a sua marinha (PLAN) esteja presente em todo o mundo. A China “*plans to send military units wherever its global strategic interests require*” (Zhou 2019). Numericamente a China já detém a maior marinha do mundo, com um total aproximado de 350 navios e submarinos, incluindo mais de 130 combatentes de superfície (DOD China 2020, 133). Ainda, o livro branco chinês de 2019 apresentou que a PLAN está

agilizando a transição das suas operações de “*defense on the near seas*” para “*protection missions on the far seas*” (Xinhua 2019). O relatório *China Military Power Report* de 2020 apresenta que a estratégia da China inclui o programa de modernização das forças militares chinesas que busca completar esse processo até 2035 e transformar o PLA em uma força militar de alto nível (em nível mundial) até o fim de 2049 (DOD China 2020, VII).

No caso do território antártico, Anne-Marie Brady (2017, 224) argumenta que os interesses chineses estão aumentando na região na medida em que o país tem buscado se tornar uma potência polar tanto na região do Ártico como na Antártica. De fato, o comportamento chinês mais ativo em outros tabuleiros tem sido resultado de uma política abrangente levada adiante por Xi Jinping. Segundo Sorensen (2013, 376), as percepções do aumento de poder relativo chinês aumentaram as ambições e expectativas nacionalistas entre as pessoas que acreditam que a China, agora, depois de ‘100 anos de humilhação’, deve se levantar e assumir sua posição como uma grande potência. Nesse sentido, a estratégia de política do “Sonho Chinês” de Xi Jinping associa-se com a política externa do gigante asiático, consistindo em um exemplo do discurso de recuperação do País do Meio quando afirma que o grande rejuvenescimento da nação chinesa é o maior sonho da nação chinesa nos tempos modernos (apud Xinhua 2013).

A região da Antártica é protegida pelo ATS, enquanto um tratado multilateral que mencionamos anteriormente, todavia, discursos pessimistas como o de Ellie Fogarty do Instituto de Política Internacional australiano em 2011 tem emergido. Fogarty afirmou que “*major powers such as China and Russia have voiced their interest in the continent’s resource potential, strongly suggesting the current prohibition of resource exploitation will be revisited after 2048*” (Fogarty 2011). Apesar do governo chinês ter buscado se apresentar como um país responsável e preocupado com o meio ambiente, como apresentado no discurso de Xi Jinping às Nações Unidas no final de setembro de 2020 - com um papel de liderança na governança global (FMPRC 2020); isso não se traduziu, por exemplo, em uma mudança de política da China na Antártica. O país se aliou a Moscou para bloquear a introdução de três áreas marinhas a serem protegidas no Oceano Antártico. Na reunião anual da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártica (CCAMLR), realizada de 27 a 30 de outubro. Posição esta que pode estar associada com o aumento dos interesses e consumo chinês pelo krill antártico – uma espécie de crustáceo (Urch 2015). Deve ser notado ainda que a pesca do krill antártico é parte do interesse chinês pela expansão da pesca em águas distantes ao redor dos oceanos do mundo, como apresentado no 13o plano anual no que

tange à questão de “Pesca em Águas Distantes”⁴. A *Shanghai Chonghe Marine Industry* (CMI), por exemplo, encomendou o maior trawler já construído para captura de krill da Antártica e estará concluída em 2023 (BairdMaritime 2020). Logo, existem receios de que o regime internacional Antártico comece a ruir diante da pressão competitiva do sistema internacional.

Alguns pesquisadores como Dodds (apud The Atlantic 2020) compreendem que o aumento da demanda chinesa pelo krill possa influenciar também o interesse do gigante asiático por outros recursos na região. Nas palavras de Dodds “*fishing is a proxy for minerals*”. Ademais, apesar da existência do tratado, uma corrida geopolítica para a região já tem ocorrido e ela emerge na forma de uma disputa pela liderança científica e pela capacidade de projeção para as regiões polares. Entre 2001-2016, por exemplo, a China chegou a investir em seu programa Antártico o montante de 310 milhões de yuans, dezoito vezes mais se considerarmos o programa de 1983-2000 (Global Times 2017).

Com o aumento das capacidades dos Estados, as intenções e os interesses podem se tornar mais evidentes (Zakaria 1998). Tal ponto, como mencionado, pode ser observado na política externa chinesa que tem se tornado mais assertiva e ativa internacionalmente (Zhao 2015; Oliveira 2019). Atualmente, a China segue em concordância com o regime do ATS e a possibilidade do país buscar a extração de recursos na região ainda é remota, tendo em vista que é signatário do Protocolo de Madrid. Após 2048, estaria a China disposta a renovar o comprometimento com a não exploração e mineração de recursos na Antártica? Até o presente momento essa questão não pode ser respondida na medida em que as estratégias chinesas para a Antártica seguem voltadas para a pesquisa e para a exploração de recursos vivos, pesca, na região.

Entretanto, os consideráveis investimentos que a China vem realizando no Pólo Sul pode permitir que Pequim se posicione na vanguarda da corrida por recursos na Antártica. De acordo com Anne-Marie Brady (apud Atkin 2015), os materiais chineses são muito claros com relação aos interesses chineses nos minerais na Antártica. Segundo a autora, o material inclui um relatório de 2005 de membros e ex-membros do Instituto de Pesquisa Polar da China. No próprio relatório estaria escrito que a região tem potenciais

4 Em linhas gerais, existem três propostas para a criação de áreas marinhas protegidas (MPA) a serem discutidas. A mais antiga proposta é a proteção de três blocos de oceano e fundo do oceano ao longo da Antártica Oriental, uma área rica em corais de água fria e áreas de alimentação de pinguins. Também estava em pauta a criação de uma MPA de 1,8 milhão de km² na área do Mar de Weddell. Por fim, há uma proposta para criar uma MPA a oeste da península Antártica

recursos minerais e que a exploração era apenas uma questão de tempo. Em outro relatório de 2013 obtido a partir de uma fonte confidencial da autora, afirmava-se que *“regardless of how the spoils are divided up, China must have a share of Antarctic mineral resources to ensure the survival and development of its one billion population”*. A pesquisadora aponta que para os chineses grande parte da pesquisa científica conduzida na Antártica é uma forma disfarçada de presença e que muitos países na Antártica estão ocupando bases que não são voltadas para o conhecimento científico, mas para investir em interesses estratégicos de longo prazo, incluindo acesso potencial a quaisquer recursos que possam ser descobertos (apud Atkin 2015).

A possibilidade de uma China expansiva na Antártica no horizonte é um dos cenários a ser pensado sobre o futuro do continente gelado. Ressalta-se que isso não significa que somente a China poderia ser um ator revisionista do sistema de tratados na região, na medida em que os próprios países litigantes podem objetivar unilateralmente reivindicar uma parte do território antártico. No caso brasileiro, a presença antártica é considerada uma questão geopolítica e geoestratégica na esfera dos interesses nacionais. O Atlântico Sul é a principal rota para acesso ao continente antártico e sendo o Brasil o país com a maior costa atlântica do globo, a região é de interesse vital para o Brasil.

A Relevância da Antártica para o Brasil e as Implicações das Ações Chinesas na Região

Historicamente, o Brasil se tornou signatário do Tratado da Antártica em 1975 após as recomendações de João Frank da Costa, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual e maior autoridade do Itamaraty em temas antárticos do Brasil, e ao clima oportuno para sua adesão naquele ano (Ferreira 2009, 127). Costa recomendava que a política brasileira para a Antártica deveria começar pela adesão ao Tratado e que o Brasil se tornasse membro consultivo. O memorando é a base de todo posicionamento internacional brasileiro em matéria antártica desde então e orienta a posição do Brasil sobre a região antártica nos Planos Nacionais de Defesa (Brasil 2005; 2012a; 2020) e nas Estratégias Nacionais de Defesa (Brasil 2008; 2012b; 2020). Atualmente, o Brasil possui uma base na Antártica, a base de Comandante Ferraz que foi reinaugurada em janeiro de 2020 após um incêndio destruí-la em 2012, e conta hoje com 17 laboratórios em sua base (Atkin 2015).

Figura 2: Base Brasileira Comandante Ferraz



Fonte: Plano Estratégico da Marinha do Brasil 2040 (2020).

A Antártica foi incluída pela Política Nacional de Defesa (PND) de 2012 no entorno estratégico do país. Todavia, desde a Política Nacional de Defesa de 2005 e a Estratégia Nacional de Defesa de 2008, a Antártica já figurava no documento como uma região de interesse do governo brasileiro. Desde então, a importância da Antártica tem crescido e pode ser observada no aumento das menções ao termo Antártica nos documentos. A título de breve comparação, enquanto no PND de 2012, a região antártica recebe uma menção, no PND lançado em 2020 a região recebe três menções. No último documento de 2020, inclusive, o governo brasileiro se mostra ciente dos potenciais recursos existentes no continente antártico e embasa a sua estratégia nacional na necessidade de proteção de tal território.

[...] a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos limítrofes ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências

externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas (Brasil 2020, 17).

A Antártica figura com relevância no debate geopolítico brasileiro desde o final do século XX, tendo como principais expoentes autores Golbery do Couto e Silva (1967), Leonardo Mattos (2014), Therezinha de Castro (1976) e Meira Mattos (1976; 2011)⁵. Autores como Therezinha de Castro enfatizaram o papel da Antártica e a destacaram como ponto nevralgico da navegação marítima interoceânica, realçando a importância da Antártica para a defesa do Atlântico Sul - que é a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N, ao Sul pelo Continente Antártico, a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (PND 2012; 2020). O Atlântico Sul compreende quatro grandes arquipélagos e ilhas de tamanhos e importância diferentes, assim como nacionalidades diferentes. A costa africana se estende da Guiné-Bissau ao Cabo, compreendendo dezesseis países. Já a costa americana inicia no Cabo de São Roque e se prolonga até o Cabo da Terra do Fogo. Sua extensão é de 9.000 km e aborda Brasil, Uruguai e Argentina (Fiori 2013; Oliveira; Netto 2016, 229).

Devido às suas características geográficas, a bacia do Atlântico Sul permite o transporte marítimo rápido de grandes volumes comerciais. O Brasil tem consolidado a sua posição, na região, por programas não tradicionais de projeção de poder com o desenvolvimento de políticas públicas que incentivam a pesca, a navegação de cabotagem, as pesquisas científicas e as atividades turísticas que consolidam a participação brasileira e o domínio do território. Cerca de 95% do comércio internacional brasileiro transita por essas águas, uma movimentação superior a US\$229 bilhões por ano. Além disso, 90% da produção de gás e petróleo do país é realizada na plataforma continental e 75% da produção do gás brasileiro advém dessa região marítima (Fiori 2013; Oliveira; Netto 2016, 230).

As descobertas na região têm apontado o crescente interesse de países como Reino Unido, EUA, Alemanha, França, Rússia, China e Japão. Para o presente artigo cabe destaque a questão da China. Ao longo da última década, a presença chinesa no Atlântico Sul tem crescido ao nível quantitativo, através

5 Nas obras de Golbery, Meira Mattos e Therezinha de Castro, a Antártica ganha destaque, sendo que no caso da última autora, há o debate sobre a possibilidade do Brasil ser capaz de exercer influência na região. De fato, as primeiras manifestações brasileiras de interesse sobre o continente branco apareceram a meados dos anos de 1950 com a elaboração do que foi conhecido como “teoria da defrontação” por parte de professores como Therezinha de Castro que era vinculada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A teoria da Defrontação nunca conseguiu se traduzir em uma posição oficial por parte do Itamaraty, mas influenciou a política externa brasileira, colocando a Antártica na agenda política das lideranças

da expansão do comércio e investimentos na/com a região, bem como na diáspora da comunidade chinesa na América Latina e África; no nível qualitativo, a presença chinesa tem crescido por meio da sua intervenção em outros domínios para além da economia, como na política, na cultura e na segurança (Abdenur 2013; Abdenur; Neto 2013).

Existem também estratégias multilaterais que vêm sendo adotadas pelo Brasil com países da região com o objetivo de proteger e salvaguardar seus interesses no Atlântico Sul. Cabe destacar, por exemplo, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)⁶ e os treinamentos realizados no âmbito do IBAS por meio da cooperação trilateral entre Brasil, Índia e África do Sul, com o IBSAMAR. Ademais, nos últimos houve uma crescente tendência à expansão e ao aprofundamento da cooperação multilateral entre os países sul-americanos, sobretudo, durante o governo Lula (2003-2010). Isso era observado também no âmbito dos programas antárticos, onde para além de uma grande variedade de acordos bilaterais de apoio técnico e logístico, há também iniciativas multilaterais como a Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino Americanos (RAPAL), já em sua XXXI edição (Ferreira 2009; RAPAL 2020).

Para além da questão do Atlântico Sul, a Antártica defronta rotas importantes para o transporte marítimo brasileiro e a principal rota de acesso ao continente antártico passa pelo Atlântico Sul. Atualmente, grande parte do tráfego do comércio marítimo mundial utiliza acessos artificiais controlados, como é o caso do canal do Panamá (conexão entre o Atlântico e o Pacífico) e do canal de Suez (Mediterrâneo e o Índico). O acesso livre a essas passagens está sujeito a possíveis turbulências regionais, que podem acarretar no fechamento ou restrição da travessia. Tais restrições fizeram aumentar o interesse e a utilização dos acessos pelo sul dos Continentes sul-americano e africano, através do estreito de Drake e cabo das Agulhas. A passagem de Drake, que separa a Antártica do continente sul-americano, tem valor potencial como rota de navegação marítima, face à vulnerabilidade das demais (PEM 2040 2020).

De fato, os documentos oficiais do governo brasileiro apresentam as preocupações com as incertezas da arena internacional. Questões relacionadas à Antártica podem ser observadas não somente no END e no PND, mas também no Plano Estratégico da Marinha de 2040.

A América do Sul, a Antártica e a África ocidental detêm significativas

6 Os 24 países que compõem a ZOPACAS são África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

reservas de recursos naturais. Nesse entorno estratégico, com foco no Atlântico Sul, é indispensável a consolidação da região como Zona de Paz e Cooperação (ZOPACAS), a fim de evitar interferência de interesses ilegítimos. Motivações políticas, conflitos sociais, interesses de grupos econômicos e até de cunho étnico e religioso trazem, como questão subjacente, a busca por energia, água, minerais raros e espaço geográfico. Nesse sentido, os espaços marítimos tornaram-se objeto de disputa entre Estados, paradoxalmente acentuada. Os conflitos armados, agora híbridos, nos quais se dissimulam os autores das agressões e os reais interesses, ainda não foram abolidos das relações internacionais, tendo a disputa por recursos como um forte fator motivador (PEM 2040 2020, 28).

Todavia, o programa Antártico ainda é pouco explorado pelo governo brasileiro, com investimentos ainda incipientes se levarmos em consideração o aumento dos interesses de potências como a China na região. O custo anual do Programa Antártico Brasileiro (ProAntar) alcança a faixa de R\$ 8 milhões por ano, todavia em 2020, por exemplo, o orçamento brasileiro para o programa foi somente de R\$ 3,67 milhões, incluindo as emendas parlamentares (Câmara 2020). Nesse sentido, nos últimos anos o PROANTAR vem executando suas atividades no limite orçamentário ou abaixo dele (Camara 2017).

De fato, o Brasil não possui carência em minerais estratégicos, incluindo o petróleo, o gás natural e até mesmo a água, o que faz com que muito provavelmente o país não precise explorar essas riquezas dentro de um horizonte de tempo previsível (Mattos 2014). Todavia, considerando o prazo de 2048 para possível revisão do tratado Antártico, é esperado que os países que já reivindicam territórios na Antártica e outros que lá atuam, como EUA, China e Índia, por exemplo, comecem compreender tal região como um “espaço vital” desejando o início da exploração comercial dos recursos estratégicos da Antártica (Mattos 2014).

Por essa razão, os investimentos em C&T e na capacidade de projeção marítima permitiriam a ampliação das ações de proteção no entorno estratégico brasileiro. Proteção que poderia ser desenvolvida por meio do estreitamento de laços com países da América do Sul, países como Argentina e Chile que reivindicam a Antártica. A deficiência brasileira é observada nas próprias relações com os seus vizinhos, onde há uma relação de dependência do Brasil com relação aos países sul-americanos na Antártica. O Brasil não possui base aérea no continente antártico e precisa utilizar a estação chilena Presidente Eduardo Frei Montalva para pouso e decolagem. A dependência é ainda mais significativa no inverno quando as águas da Baía do Almirantado

estão congeladas – o Brasil não possui um navio quebra-gelo ainda⁷ - e a logística para realização das missões polares precisa utilizar os portos de Ushuaia e Punta Arenas (Hernandez 2018).

Para além da questão Antártica cabe ainda um comentário sobre o aumento das relações entre China e Brasil do ponto de vista econômico e comercial. A China já é a principal parceira comercial do Brasil e nos últimos anos tem investido principalmente em setores estratégicos voltados para recursos minerais e naturais e obras infraestruturais muito relacionadas ao interesse chinês pelo aumento das capacidades de escoamento de mercadorias brasileiras (corredores para exportação) (Santos et al 2020). Não somente no caso brasileiro, a China já desponta como o principal destino de exportações de diversos países latino-americanos (Santos et al 2020; Gallagher 2016). Tais interesses chineses demonstram mais ainda a dependência do país asiático por recursos, o que fortalece os receios de que no futuro suas ações na Antártica se tornem expansivas, fazendo com que uma disputa geopolítica seja escalonada na região. Disputa esta que já existe se considerarmos as questões tecnológicas e científicas, bem como a pesca de krills na região.

Considerações Finais

A ascensão da China está mudando os cenários geoeconômicos e geopolíticos globais e regionais. No século XXI, a China continuou a crescer e, concomitantemente, a sua demanda por recursos naturais e minerais expandiu-se. Com isso, a China, progressivamente, se projetou internacionalmente, aumentando sua capacidade de atuação nos mais diversos tabuleiros. O aumento das demandas chinesas por recursos naturais e estratégicos ocasionados pelo seu crescimento econômico vem estimulando a presença chinesa na África e na América Latina, bem como está reavivando tensões nos mares da China Oriental e Ocidental. Assim como o aumento das demandas vem estimulando disputas geopolíticas no mundo todo, existem receios de que o regime antártico possa ruir tanto diante da alteração na balança de poder, como diante do próprio marco temporal de 2048.

As transformações na balança de poder na arena internacional tem reavivado disputas geopolíticas e direcionado o debate para o comportamento

7 A Marinha brasileira está interessada na construção de um quebra gelo. Caso tal projeto efetivamente saia do papel, pode trazer mudanças para capacidade de atuação brasileira na Antártica. Ver mais em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/03/11/interna-brasil,742183/marinha-construira-navio-quebra-gelo-para-pesquisas-na-antartida.shtml>

da China em um momento de relativo declínio do poder norte-americano. Preocupações sobre uma China ameaçante e expansiva são comuns nos debates ocidentais das relações internacionais e, sobretudo, nos marcos das teorias que dialogam, de alguma forma, com os realismos. No presente artigo à luz de preceitos e previsões observáveis na geopolítica clássica, nas teorias realistas e na teoria do poder global, a atuação da China na Antártica e a sua política externa trazem previsões pessimistas para a região. Isso não significa dizer que a China poderia ser o único ou o principal ator disruptivo na região na medida em que os EUA, a Rússia e os países litigantes podem exercer essa pressão. O próprio EUA, por exemplo, tem se mostrado um ator expansivo e destruidor dos pilares e regimes que ele criou (ou ajudou a criar) desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O aumento da presença de grandes potências na Antártica intensifica a dinâmicas de poder e segurança na região e pode promover uma pressão competitiva mais evidente. Afinal, seguindo as teorias aqui apresentadas, todos os países buscam aumentar seu poder e riqueza na arena internacional diante da anarquia do sistema internacional.

O aumento da presença chinesa pode ser observada pelos crescentes investimentos em C&T, a construção de novas bases, o aumento no número de turistas e o incremento na pesca de krills na região. Nesse contexto, observamos que a China tem investido cada vez mais na região e tem se posicionado, por vezes, contrária à criação de novas regras para a proteção da biodiversidade e de territórios antárticos - como o caso da pesca dos krills. Além disso, a China vem investindo em tecnologias polares e despoitando como uma liderança, estando atrás da Rússia e dos EUA.

O presente artigo segue uma reflexão de que os receios que permeavam a questão antártica no passado, sobre a disputa por recursos, continuam e vêm se intensificando com o aumento do número de *players* na região. Tais fatos nos permitem refletir sobre o aumento da competição na Antártica e, conseqüentemente, tensões e disputas que vão envolver os países em um futuro próximo. Este artigo traçou os interesses e as ações chinesas que estão sendo desenvolvidas para a Antártica, todavia ainda é preciso observar se o gigante asiático apresentará uma estratégia mais assertiva para a Antártica, assim como fez para o Ártico.

Todavia, o aumento dos investimentos e das atividades chinesas na região já estão afetando a balança de poder na Antártica e para o Brasil, o aumento da presença chinesa na região, bem como os possíveis tensionamentos envolvendo a Antártica podem se tornar um problema para a concretização da estratégia brasileira. Afinal a passagem pelo Atlântico Sul é a principal rota de acesso para a Antártica. Conflitos que possam vir a emergir na Antártica ocorreriam no entorno estratégico brasileiro, afetando não somente seus

interesses, mas a sua segurança internacional.

REFERÊNCIAS

- Abdenur, Adriana. 2013. "China in Latin America: Investments in Port Infrastructure". *BRICS Policy Center*, 1-13.
- Abdenur, Adriana; Neto, Danilo. 2013. "China's Growing Influence in the South Atlantic". *BRICS Policy Center*, 1-26.
- Agencia Brasil. 2020. "Estação Antártica Comandante Ferraz é reinaugurada com 17 laboratórios". *Agência Brasil*, January 15, 2020. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-01/estacao-antartica-comandante-ferraz-e-reinaugurada-com-17-laboratorios>.
- Allison, Graham. 2017. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* New York: Houghton Mifflin Harcourt.
- Andrews, John. 1957. "Antarctic geopolitics". *Australian Outlook*, 11 (33): 3-9.
- Armscontrol. 2020. "Nuclear Weapons who has what". *Armscontrol Factsheets*, August, 2020. <https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat>.
- Atkin, Michael. 2015. "China's interest in mining Antarctica revealed as evidence points to country's desire to become 'Polar Great Power'". *ABC News*, January 20, 2015. <https://www.abc.net.au/news/2015-01-20/chinas-desire-for-antarctic-mining-despite-international-ban/6029414?nw=0>.
- Baird Maritime. 2020. "CMI ORDERS WORLD'S LARGEST KRILL TRAWLER". *Baird Maritime*, April 20, 2020. [https://www.bairdmaritime.com/fishing-boat-world/trawling/cmi-orders-worlds-largest-krill-trawler/#:~:text=Shanghai%20Chonghe%20Marine%20Industry%20\(CMI,Antarctic%20waters%20for%20extended%20periods](https://www.bairdmaritime.com/fishing-boat-world/trawling/cmi-orders-worlds-largest-krill-trawler/#:~:text=Shanghai%20Chonghe%20Marine%20Industry%20(CMI,Antarctic%20waters%20for%20extended%20periods).
- Becker, Bertha. 2004. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Brady, Anne-Marie. 2012. "China's Antarctic interests". In: Brady, Anne-Marie (ed.) *The emerging politics of Antarctica*. New York: Routledge, 31-49.
- Brady, Anne-Marie. 2014. "China's Antarctic Rights and Interests". *The Asia Dialogue*, University of Nottingham, Asia Research Institutes, *The Asia Dialogue*, October 29, 2014. <https://theasiadialogue.com/2014/10/29/chinas-antarctic-rights-and-interests/>.
- Brady, Anne-Marie. 2017. "China's expanding Antarctic interests China". *Policy*

- Institute Blog, *The Australian Strategic Policy Institute Limited*. https://s3-ap-southeast-2.amazonaws.com/ad-aspi/2017-08/SR109%20Chinas%20expanding%20interests%20in%20Antarctica.pdf?L_qDGafveA4ogNHB6Ko8cq86VoEzKQc.
- Brady, Anne-Marie. *China as a Polar Great Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- Brasil. 2005. *Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa*, Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm.
- Brasil. 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília. http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portug_ues.pdf.
- Brasil. 2012a. *Política Nacional de Defesa*, Brasília. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>.
- Brasil. 2012b. *Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília. <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>.
- Brasil. 2020. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*, Brasília. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf.
- Brooks, Stephen; Wohlforth, William. 2016. “The Rise and Fall of the Great Powers in the Twenty-First Century. China’s Rise and the Fate of America’s Global Position”. *International Security* 40(3): 7–53.
- Camara. 2017. “Os desafios para permanência do Brasil na Antártica”. *Câmara dos Deputados*, October 04, 2017. <https://www.camara.leg.br/eventos-divulgacao/evento;jsessionid=CA195D16C2A7EFBD607768D679D4F4FD.prodINI-secomp.camara.gov.br?id=43364>.
- Camara. 2020. “Responsáveis pelo Programa Antártico Brasileiro pedem apoio para obter mais recursos”. *Câmara dos Deputados*, November 04, 2020. <https://www.camara.leg.br/noticias/704982-responsaveis-pelo-programa-antartico-brasileiro-pedem-apoio-para-obter-mais-recursos/>.
- Castro, Therezinha. 1976. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- Christensen, Thomas. 2015. *The China Challenge*. Shaping the Choices of a Rising Power. New York: W. W. Norton & Company, Inc.
- Cole, Bernard D. 2015. “Reflections on China’s Maritime Strategy: Island Chains and the Classics”. *National War College*, EMC Chair Conference Paper.
- COMNAP. 2020. “Antarctic Station Catalogue”. *The Council of Managers of*

National Antarctic Programs.

- DOD. 2020. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020. "Annual Report to Congress," *Department of Defense*. <https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>.
- Dodds, Klaus. 2016. "Antarctic geopolitics". In: Dodds, Klaus et al. *Handbook on the politics of Antarctica*, UK: Edward Elgan, 199-214.
- Duarte, Paulo. 2016. "As incursões da China na América Latina e Atlântico Sul/China's incursions in Latin America and the South Atlantic". *Brazilian Journal of International Relations* 5 (1): 97 - 123
- Farias, Hélio C. 2018. "Guerras hegemônicas e ordem internacional. In: Fiori, José Luís (Org.). *Sobre a Guerra*. Ied. Petrópolis: Vozes, 1-407.
- Ferreira, Felipe R. G. 2009. *O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Fiori, José Luís. 2005. "Sobre o poder global". *Novos estudos*, CEBRAP, 73, 61-72.
- Fiori, José Luís. 2004. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: Fiori, José Luís. *O Poder americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Fiori, José Luís. 2013. "O Brasil e seu Entorno Estratégico na Primeira Década do Século XXI" In: Sader, Emir. (Org.) *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fiori, José Luís. 2014. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fiori, José Luís. 2007. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Fiori, José L. et al. 2008. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.
- FMRPC. 2020. "China Releases Position Paper of the People's Republic of China for the United Nations Summit on Biodiversity Building a Shared Future for All Life on Earth: China in Action". *FMPRIC*, September 21, 2020. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1817252.shtml#:~:text=As%20stated%20in%20the%20position,ecological%20protection%20and%20green%20development.&text=China%20will%20actively%20participate%20in,for%20all%20life%20on%20Earth.
- Fogarty, Elliot. 2011. "Antarctica: Assessing and Protecting Australia's National Interests". Sydney: *Lowry Institute*. http://www.lowyinstitute.org/files/pubfiles/Fogarty,_Antarctica_web.pdf.

- Gallagher, Kevin. 2016. *The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus*. New York: Oxford University Press.
- Gilpin, Robert. 1981. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Global Times. 2017. "China pledges peaceful development in Antarctica". *Global Times*, May 25, 2017. <https://www.globaltimes.cn/content/1048379.shtml>.
- Green, Michael J. et al. 2017. "Countering Coercion in Maritime Asia. The Theory and Practice of Gray Zone Deterrence" *Center for Strategic and International Studies*.
- Hernandez, Gabriele M. M. 2018. "A cooperação entre Brasil e Chile na Antártica: uma simbiose continental". In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 2018, São Paulo. Anais do 10 Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa.
- Hiratuka, Celio. 2018. "Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America". *Revista de Economia Contemporânea*, 22 (1): 1-25.
- IAATO. 2020. *Tourists by Nationality Total*. <https://iaato.org/wp-content/uploads/2020/04/2018-19-Tourists-by-Nationality-Total.pdf>.
- IMF. International Monetary Fund Database, 2019. <https://www.imf.org/en/Data>.
- Klare, Michael. 2008. *T. Rising Power, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy*. Nova York: Holt Paperbacks.
- Masuda, Masayuki. 2016. "Why has Chinese foreign policy become more assertive?" *East Asia Forum. Economics, Politics and Public Policy in East Asia and the Pacific*, February 20, 2016. <https://www.eastasiaforum.org/2016/02/20/why-has-chinese-foreign-policy-become-more-assertive/>
- Mattos, Carlos de Meira. 2011. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV.
- Mattos, Carlos de Meira. 1977. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex.
- Mattos, Leonardo. 2014. "A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro". *Revista de Escola de Guerra Naval*, 20 (1): 165 – 191.
- Mearsheimer, John J. 2014. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton, Updated Edition.
- Medeiros, Carlos; Cintra, M. R. V. P. 2015. "Impacto da ascensão chinesa sobre os países latinoamericanos". *Revista de Economia Política*, 35(1):

28-42.

- Mitchell, Barbara. 1977. "Resources in Antarctica: Potential for conflict". *Marine Policy*, 1 (2): 91-101.
- NDRC. "THE 13TH FIVE-YEAR PLAN FOR ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (2016-2020)". NDRC. https://en.ndrc.gov.cn/policyrelease_8233/201612/P020191101482242850325.pdf.
- Oliveira, Alana C. G. 2019. "Entre o Sol, a Águia e o Dragão: Dinâmicas de poder e segurança entre Japão, EUA e China no Leste Asiático e o estudo de caso das Ilhas Senkaku/Diaoyu no século XXI". Tese de Doutorado, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Oliveira, Alana C. G. 2021. From Panda to Dragon: An Analysis of China's Maritime Actions and Reactions in the East China Sea and Their Implications since 2012. *Contexto Internacional*, 43 (1): 147-171.
- Oliveira, Alana C. G.; Netto, Gabriela F. 2016. "Atravessando o Atlântico Sul. As relações entre Brasil e países limítrofes da Costa Oeste Africana". *Tensões Mundiais*, 12 (22).
- RAPAL. n.d. XXXI *Reunión de Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos*. <https://rapal31.cancilleria.gob.ar/>.
- Santos, Thauan; Oliveira, Alana C. G.; Rodrigues, Bernardo S. 2020. "Relações Econômicas Entre América Latina e China e seus Impactos na Integração Regional (2001-2016)". *Revista tempo do mundo*, 23 (3).
- SC. 2018. "China's Arctic Policy". *China's White Paper*. http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm.
- SC. 2019. "China's National Defense in the New Era". *China's White Paper*.
- Silva, Golbery do C. 1967. *Geopolítica do Brasil*. Edição 2. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- SIPRI. 2020. *Defense Database Expenditure*. <https://www.sipri.org/databases/milex>.
- Sorensen, Camilla. 2013. "Is China Becoming More Aggressive? A Neoclassical Realist Analysis". *Asian Perspective*, 37, 363-385.
- Spykman, N. 1938. "Geography and Foreign Policy I". *The American Political Science Review*, XXXII (1).
- UCUSA. 2020. *UCS Satellite Database*. <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database>.
- Urch, Mike. 2015. "China looking to become No 1 in Antarctic krill. Seafood". *Seafood Source*. <https://www.seafoodsource.com/features/china->

- looking-to-become-no-1-in-antarctic-krill.
- Woody, Christopher. 2020. "China's first homemade icebreaker heads to the Arctic as Trump looks for 10 more of them from 'a certain place'". *Business Insider*. <https://www.businessinsider.com/china-xuelong-2-icebreaker-arctic-trump-deals-for-more-2020-7>.
- Xinhua. 2013. "Presidente chinês pede para se buscar com persistência Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional". *Xinhua News*, September 26, 2017. http://portuguese.xinhuanet.com/2017-09/26/c_136638951.htm.
- Xinhua. 2017. "Socialism with Chinese characteristics enters new era: Xi". *Xinhua News*, October 18, 2017. http://www.xinhuanet.com/english/2017-10/18/c_136688475.htm.
- Xinhua. 2019. "China's National Defense in the New Era". *Xinhua News*, July 25, 2019. http://www.xinhuanet.com/english/2019-07/24/c_138253389.htm.
- Zakaria, Fareed. 1998. *From Wealth to Power: The Unusual Origins of America's World Role*, Princeton: Princeton University Press.
- Zhao, Suisheng. 2015. "China's Power from a Chinese Perspective (I): A Developing Country versus a Great Power". In: Chung, Jae-ho. *Assessing China's Power*. The Asan Institute, UK: Palgrave Macmillan, 251-270.
- Zhou, Laura. 2019. "China's new icebreaker Snow Dragon II ready for Antarctica voyage later this year". *South Morning Post*, July 12, 2019. <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3018394/chinas-new-icebreaker-snow-dragon-ii-ready-antarctica-voyag>.

RESUMO

Este artigo tem como ponto de partida a constatação do papel relevante que a China vem conquistando na arena internacional e na pressão competitiva e geopolítica que vem exercendo nos mais diversos tabuleiros internacionais, inclusive nas terras geladas – Antártica e Ártico. Considerando a relevância da Antártica, o presente artigo analisa à luz da geopolítica clássica, dos realismos e da teoria do poder global a estratégia chinesa para Antártica e sua crescente presença na região. Além disso, apresenta as suas implicações para o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

China; Antártica; Geopolítica; Brasil.

Recebido em 21 de dezembro de 2020

Aprovado em 10 de março de 2021